

## VIGILÂNCIA AMBIENTAL NO CONTEXTO DA RELAÇÃO ENTRE SAÚDE AMBIENTAL E QUESTÃO URBANA<sup>1</sup>

Priscilla Nunes Rezende<sup>2</sup>

Orientadora: Raquel Raichelis Degenzajn<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

A ação destrutiva do capital, relacionada à natureza e à exploração da força de trabalho, tem rebatimentos diretos na vida do trabalhador e de sua família, no seu cotidiano, na sua saúde, tornando-se questões relevantes para o estudo, o aprofundamento e o delineamento de intervenções profissionais.

Conhecer as condições de vida da classe trabalhadora, na cidade de São Paulo, é requisito fundamental para a construção de intervenções profissionais qualificadas na área da saúde. Desvelar essas condições de vida requer debates sob a ótica das relações sociais de produção da sociedade capitalista, compreendidas como resultados da relação desigual existente entre capital e trabalho, mediada pela ação do Estado através de suas políticas públicas. Contudo, nota-se certa tendência nesses debates em centrar a responsabilidade pelas más condições de vida e de saúde nos próprios indivíduos, tornando-se um debate esvaziado por não considerar a análise da totalidade das relações sociais.

O presente relato de pesquisa propõe apresentar a relação entre questão urbana e saúde ambiental, no contexto da Vigilância em Saúde. Busca compreender o contexto que deu origem à inserção do Serviço Social na Vigilância Ambiental na cidade de São Paulo, identificando demandas institucionais na área da saúde ambiental no contexto da política pública de saúde.

### OBJETIVOS

Compreender o contexto que deu origem à inserção do Serviço Social na Vigilância Ambiental na cidade de São Paulo, identificando demandas institucionais no espaço sócio ocupacional da saúde ambiental no contexto da política pública de saúde.

---

<sup>1</sup>O presente relato de pesquisa apresenta parte das discussões realizadas na dissertação de mestrado da autora, intitulada “Serviço Social e Saúde Ambiental: Desafios e Possibilidades de Atuação do Centro da Cidade de São Paulo” defendida no PEPGSS da PUC-SP em 2016, sob financiamento da CAPES.

<sup>2</sup> Douranda do Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social, PUC-SP, [pririoss@yahoo.com.br](mailto:pririoss@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Professora orientadora: Profa doutora do Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social, PUC-SP, [raichelis@uol.com.br](mailto:raichelis@uol.com.br).

Demonstrar a realidade do Centro da cidade de São Paulo, como objeto de análise. Sistematizar as categorias questão urbana e saúde ambiental no contexto do trabalho da Vigilância Ambiental, bem como identificar demandas apresentadas ao Serviço Social na referida área.

## **MÉTODOS**

Como método de análise, adotamos a perspectiva de abordagem dos fenômenos a partir da totalidade em movimento, das múltiplas relações que o determinam, da historicidade e das contradições existentes na realidade. Para a apreensão do objeto utilizamos pesquisa bibliográfica e documental, tendo em vista a necessidade de aprofundamento teórico da temática e de levantamento e sistematização de fontes documentais, como contribuição à produção sobre a temática da vigilância ambiental e a inserção de assistentes sociais nessa área.

## **RESULTADOS**

Pensar em Saúde Ambiental na cidade de São Paulo, sobretudo na região central, implica, em primeiro lugar, compreender a totalidade das relações construídas em seu espaço territorial em que as manifestações da questão urbana se fazem presentes.

A região central da cidade de São Paulo, tal como apresentada na contemporaneidade, é resultado do acelerado crescimento experimentado a partir do final do século XIX, nos primórdios da industrialização, período em que a população aumenta consideravelmente com a chegada de imigrantes para servir de mão de obra nos processos produtivos. De acordo com Kowarick (1988), trabalhadores são submetidos a jornadas de 14 horas ou mais, incluindo mulheres e crianças, sub-remunerados e explorados. As famílias, sem condições de alugar uma casa, devido ao alto custo dos imóveis e à baixa remuneração, passam a viver em cortiços.

As condições de vida dos trabalhadores na capital paulista, nesse período, evidenciam o que se entende, nos tempos atuais, sobre a relação entre questão urbana e saúde ambiental, objeto do presente relato.

Assim como nos anos iniciais da industrialização, a região central de São Paulo permanece configurada por sua diversidade sociocultural, com relações cotidianas entre as classes sociais que utilizam o espaço, seja para moradia, lazer, trabalho, entretenimento, consumo, dentre outras atividades da vida social. Considerando a realidade em movimento, no centro da metrópole, situações antes ausentes começam a fazer parte do cotidiano da região

central, dentre elas a questão do tráfico e do uso de drogas, especificamente o *crack*, alocado em área específica próxima à Luz. Além da problemática dos catadores de recicláveis, que exercem trabalho sem condições mínimas de segurança, ambas as situações revelam necessidade de atenção quanto às intervenções da saúde ambiental junto às áreas de risco do território, respeitando a sua especificidade e necessidade.

Diante dessa demanda heterogênea, formada e modificada ao longo dos anos, na capital paulistana, é imperiosa a necessidade de novas formas de análise, intervenção e abordagem sobre a saúde dessa população, sobretudo a saúde ambiental, considerando as peculiaridades e especificidades apresentadas em cada distrito e segmento populacional. A partir desse conhecimento, é necessário identificar os contextos e determinações das desvantagens sociais nas quais certos grupos populacionais estão inseridos, provenientes das manifestações da questão urbana.

Quanto à categoria de análise sobre a Vigilância em Saúde Ambiental, evidencia-se que a Lei Orgânica do SUS, aprovada em 1990, trouxe a definição de meio ambiente como um dos fatores determinantes e condicionantes da saúde, além disso, de acordo com o aparato legal, a saúde pública tem a obrigatoriedade de promover ações que visem garantir condições de bem-estar físico, mental e social aos cidadãos. A Vigilância em Saúde Ambiental, portanto, começa a se constituir como área de intervenção pública da política de saúde em fins da década de 1990, como parte da conjuntura de discussão e implementação de ações voltadas à proteção da saúde e dos impactos ambientais na perspectiva de viabilização da saúde ambiental no SUS.

Na Portaria 1.378 publicada em 2013, o Ministério da Saúde apresenta importante aspecto da descentralização político-administrativa, definindo como competência dos municípios ações de educação, comunicação e mobilização social, além do incentivo à participação social na Vigilância, o que pode ser considerado como avanço para a proposição de ações nesse espaço de atuação. Evidencia-se, nesse aspecto, o entendimento das especificidades do território, a análise das relações sociais locais para a intervenção comprometida com a saúde da população. Portanto, para sua efetivação, o conhecimento do território e a promoção de articulações intersetoriais e interdisciplinares é quesito imprescindível na operacionalização da política em cada esfera de governo.

Considerando o processo de descentralização, a Vigilância em Saúde Ambiental na cidade de São Paulo realiza suas atividades no território através das Unidades de Vigilância

em Saúde, distribuídas por região. As UVIS são unidades descentralizadas da Vigilância em Saúde, compostas pela Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Vigilância Ambiental. Sobretudo a partir de 2004, as ações de Vigilância em Saúde foram descentralizadas no município, conforme preconizado na lei 13725/04 que institui o Código Sanitário Municipal.

De acordo com o Código, as ações de Vigilância Ambiental devem ser realizadas de forma articulada e interdisciplinar, seguindo a prerrogativa do Ministério da Saúde, porém não há definição do quadro de recursos humanos que deve compor a Vigilância, portanto, em cada Coordenadoria Regional de Saúde são alocados, nesses espaços, profissionais da saúde com formações diferentes, além da indefinição de quantitativo técnico, o que dificulta a materialização da política em âmbito local.

Com o propósito de operacionalizar os programas federais no nível local, a Vigilância Ambiental encontra-se em processo de descentralização para as UVIS, das ações voltadas a esses programas, além de desenvolver ações de controle de zoonoses transmitidas por vetores, tendo como principal vetor o *Aedes Aegypti*, mosquito transmissor da dengue; fauna sinantrópica como roedores, escorpiões, dentre outros que possam transmitir doenças; controle reprodutivo de animais domésticos e acompanhamento conjunto das situações de acumulação do território.

Partindo da realidade para a compreensão do processo de implantação da Vigilância em Saúde local, a Coordenadoria Regional de Saúde Centro, criada no início de 2015, pela gestão Haddad, compõe uma das seis CRS da cidade e possui duas UVIS -Sé e Santa Cecília, responsáveis por concretizar as ações na região compreendida por oito distritos administrativos.

Quanto ao Serviço Social no contexto da Vigilância Ambiental vale ressaltar que a política de saúde consiste em uma área de trabalho com expressiva inserção dos assistentes sociais. Tendo em vista que o Serviço Social tem como objeto a questão social e as políticas públicas um dos principais espaços de atividades profissionais, cabe construir, no âmbito da política de saúde, sua intervenção de forma a afirmar o projeto de saúde contido no movimento de reforma sanitária, que é consoante com os valores do projeto profissional.

Deste modo, entende-se que a Vigilância Ambiental compõe o cenário de inserção do Serviço Social no SUS, profissão requisitada a fim de contribuir nas ações de promoção e

prevenção à saúde, relacionadas ao meio ambiente, diante da questão urbana e suas manifestações particulares nos diversos espaços urbanos.

Alves (2010), refletindo sobre as demandas dirigidas à saúde ambiental e as respostas profissionais, sinaliza a fragmentação existente nas análises sobre o tema, com notória responsabilização individual em detrimento de análises de totalidade da questão ambiental e de saúde ambiental. A partir dessas reflexões, apresenta as demandas emergentes ao Serviço Social na área de saúde ambiental, tais como situações de acúmulo de materiais realizado por pessoas em seus domicílios, sem condições de higiene, com potencial risco de vida provocado por incêndios ou infecções, entre outros. A situação de acumulação compulsiva também se faz presente com relação aos animais domésticos.

Essas situações de acúmulo compulsivo devem ser analisadas enquanto objeto de saúde pública, com intervenções intersetoriais e multidisciplinares. Nessa perspectiva, a ação articulada entre a vigilância em saúde ambiental com a atenção básica e saúde mental é fundamental, além da articulação com demais políticas públicas, como assistência social e limpeza urbana, no caso da necessidade de remoção de materiais, conforme preconizado no Decreto 57.570/2016 que institui a Política Municipal de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Acumulação.

O atendimento imediato das situações de acúmulo chega ao Serviço Social através da equipe técnica multiprofissional, após prévia visita domiciliar, ou por demais técnicos em atendimento a denúncias relacionadas a maus tratos de animais, com vistas à culpabilização do indivíduo. Após a primeira abordagem, quando percebido que a realidade apresentada necessita de acompanhamento do Serviço Social, bem como articulação com a rede de atendimento sócio assistencial da região, a assistente social é acionada. É importante considerar que o fortalecimento da rede é um processo contínuo e permeado de enfrentamentos dada a fragmentação das políticas, inclusive a da saúde e, portanto, a dificuldade desse trabalho.

A intervenção comprometida com os sujeitos sociais da política de saúde, no âmbito da saúde ambiental, destaca que não são casos isolados, mas compõem o cenário das manifestações da questão social nas “cidades globais” do capitalismo mundializado e financeirizado, como é o caso de São Paulo.

## CONCLUSÃO

O relato de pesquisa partiu da necessidade de compreender a origem das demandas apresentadas à saúde ambiental, no âmbito da política pública de saúde, tendo como realidade concreta a intervenção da gestão municipal no Centro da cidade de São Paulo. Para isso, foi fundamental analisar as condições de vida da classe trabalhadora nesse território, bem como as demandas sociais de quem vive e trabalha numa metrópole como São Paulo, e seus rebatimentos nas condições da saúde dessa população.

Analisando-se as atribuições profissionais na área da saúde e, especificamente, do Serviço Social na saúde ambiental, em consonância com a política de vigilância ambiental, este ensaio propôs a reflexão sobre a inserção do Serviço Social em um espaço de atuação permeado pelos condicionantes da vida urbana, frente à necessidade de garantia do direito à saúde, considerando a complexa realidade social do centro de São Paulo, que espelha, como nenhuma outra, as contradições entre riqueza e pobreza e a negação do direito à cidade à grande parcela de seus moradores, ainda não reconhecidos em seus direitos de cidadania pelo poder público municipal.

**Palavras chave:** Vigilância Ambiental, Saúde Ambiental, Questão Urbana, Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

**ALVES, M. C. Serviço Social, Trabalho Profissional na área de saúde ambiental: demandas e competências.** 2010. Monografia (Especialização em Serviço Social: direitos sociais e competências) - Universidade de Brasília, UnB/CFESS, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes Nacionais da Vigilância em Saúde.** Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

CFESS. **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde.** Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KOWARICK, Lúcio. **As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, passado e presente.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.